

**Análise das abordagens das mídias hegemônicas e contra-hegemônicas  
quanto ao Movimento Feminista**

*Analysis of the approaches of hegemonic and counter-hegemonic media  
to the Feminist Movement*

Laysa Reis TRINDADE<sup>1</sup>  
Verbena Córdula ALMEIDA<sup>2</sup>

**Resumo**

Desde sempre, as lutas feministas evidenciaram a necessidade de organização das mulheres para alcançar uma série de direitos básicos que não são respeitados por consequência do sistema patriarcal, o qual define a sociedade brasileira atualmente. Entretanto, mesmo com a grande quantidade de feitos dos Movimentos Feministas, as mídias hegemônicas ainda não reconhecem sua legitimidade, enquanto que os meios contra-hegemônicos tendem a promover um ambiente de resistência e valorização destes. O presente artigo faz uma análise das abordagens de ambas as mídias, a partir de matérias dos veículos R7, Mídia Ninja, CNN Brasil e Revista Fórum, buscando compreender como cada uma delas se comporta quanto ao Feminismo.

**Palavras-chave:** Feminismo. Mídias hegemônicas. Mídias contra-hegemônicas.

**Abstract**

Feminist struggles have always highlighted the need for women's organization to achieve a series of basic rights that are not respected as a result of the patriarchal system model, which currently defines Brazilian society. However, even with the large number of achievements of the Feminist Movement, hegemonic media still do not recognize its legitimacy, while counter-hegemonic media tend to promote an environment of resistance and appreciation of the movement. Therefore, this article analyzes the approaches of both media from newspaper articles by R7, Mídia Ninja, CNN Brasil and Revista Fórum, seeking to understand how each of them behaves in relation to Feminism.

**Keywords:** Feminism. Hegemonic media. Counter-hegemonic media.

---

<sup>1</sup> Graduando em Comunicação Social - Rádio, TV e Internet na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). E-mail: laysareiss@outlook.com

<sup>2</sup> Doutora em História e Comunicação no Mundo Contemporâneo pela Universidad Complutense de Madrid. Professora da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Email: vcalmeida@uesc.br

## Introdução

A estrutura da sociedade brasileira está baseada no modelo patriarcal, no qual os homens predominam em posições de exercício dos poderes político, moral, social, econômico e familiar, desde a sua formação, o que, conseqüentemente, coloca a mulher em uma situação de vulnerabilidade e suscetibilidade a sofrer diversos tipos de discriminação e outras violências. Como resultado disso, desde o século XX, as mulheres lutam pela conquista de diversos direitos fundamentais: participação política, igualdade salarial, possibilidade de divórcio, não discriminação por sexo, entre outros. Portanto, o feminismo se faz imprescindível na luta contra o patriarcado e na busca pelo espaço feminino em todos os âmbitos da sociedade.

Ao considerarmos essas questões, este artigo apresenta uma análise das abordagens sobre o movimento feminista encontradas nas mídias hegemônicas e alternativas. Para isso, considera como *corpus* de análise quatro textos, publicados respectivamente, pelo Portal R7, pela CNN Brasil, pela Mídia Ninja e pela Revista Fórum. O trabalho se configura como um estudo qualitativo, especificamente uma análise comparativa, cujo objetivo é mostrar como as diferentes mídias apresentam, para o consumidor de informação, o referido movimento; e de que modo essa abordagem pode contribuir positiva ou negativamente às causas feministas.

## As etapas do feminismo no Brasil

Quando nos debruçamos sobre os períodos históricos e as movimentações femininas que se deram no decorrer destes, entendendo que nos dias atuais ainda há uma discrepância entre os gêneros, é possível visualizar a necessidade de lutas constantes pelos direitos das mulheres. Assim, o alcance de algumas demandas leva à busca por outras, e, por isso, o feminismo está dividido em três ondas, caracterizadas por indagações específicas que surgiram em conjunto com a evolução do próprio movimento.

Em território brasileiro, a primeira onda é marcada pela conquista do direito ao voto, a partir da promulgação do Código Eleitoral Brasileiro, em 1932. Porém, para chegar nesse momento houve uma luta anterior, liderada por Bertha Luz, cientista que criou o I Congresso Internacional Feminista, em 1922. Associado a isso, surgiu a Federação para o Progresso Feminino, responsável por promover campanhas de pressão

à implementação do direito ao voto. Na época, as brasileiras (mulheres brancas) foram influenciadas pelas mesmas lutas que ocorriam nos Estados Unidos e na Europa, impulsionadas, entre outras questões, pelo advento da Revolução Industrial, quando as mulheres passaram a ocupar vagas no mercado de trabalho que até então não eram possíveis de serem ocupadas. Essa mudança impeliu a busca pelo reconhecimento do exercício de sua cidadania. Após esse momento inicial, as mulheres são influenciadas por Simone de Beauvoir, especialmente com a publicação de “O Segundo Sexo”, em 1949 — livro no qual ela analisa as questões de gênero sob uma perspectiva psicológica e aborda os efeitos da opressão sobre a mulher e a sociedade.

O segundo momento acontece durante o período da Ditadura Civil-Militar, na década de 1960, quando a mulher se distancia do papel patriarcal imposto pela sociedade. Tal mudança foi motivada pelos ideais de libertação que já circulavam em outros países, e pela necessidade de participação nos protestos contra o regime ditatorial, o que levou as mulheres a perceberem a importância de sua posição na estrutura política.

Na terceira onda, há um número significativo de conquistas femininas, em um período que se inicia ao final da década de 1970 e permanece até os dias atuais. Dentre os principais feitos, o ano de 1975, declarado como “O Ano Internacional da Mulher” pela Organização das Nações Unidas (ONU), é considerado um marco no feminismo do Brasil, pois em meio ao contexto do regime ditatorial, os movimentos feministas da época passaram a ter mais reconhecimento. Além disso, dois anos depois, é aprovada a Lei nº 6.515/1977, assegurando o direito ao divórcio, enquanto em 1985 é criada a primeira Delegacia da Mulher em São Paulo, iniciativa que logo seria tomada nos outros estados. Ainda dentro dessa terceira onda, uma das conquistas essenciais se dá pela criação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), que garante a proteção às mulheres contra a violência doméstica.

### **Feminismo negro**

Além da conquista de direitos, a terceira onda também é caracterizada pelo desenvolvimento de um novo conceito de mulher, que considera outros fatores universais, como a raça, classe, sexualidade, etnia e deficiências, os quais também são definidores da desigualdade. Tal movimento é motivado pela criação de departamentos femininos nos partidos políticos com demandas mais específicas, bem como pela articulação de

mulheres de bairros pobres, e das que viviam em zonas rurais e passaram a se identificar como feministas. Desse modo, surge a necessidade de incluir lutas que transcendem a relação isolada entre homem e mulher. A partir disso, há o reconhecimento de privilégios que o movimento feminista dominante detém. Isso é possível devido à organização de mulheres negras que se deparam com ainda mais empecilhos do que as brancas.

Do mesmo jeito, as mulheres com deficiência se encontram fora das discussões do movimento feminista, e, por conta disso, sentem a emergência de fazerem parte de meios que as representem. Criado com este objetivo, o Coletivo Feminista Helen Keller atua em prol do reconhecimento do gênero na vivência de pessoas com deficiência. Quanto a isso, a organização aponta que precisamos nos organizar e criar uma pauta política sobre ser mulher com deficiência [...] pois compreendemos que a estrutura capacitista, que dificulta nosso acesso à cidadania, também é atravessada pela estrutura misógina, racista e LBTfóbica (Coletivo Feminista Hellen Keller, 2018, s/p).

### **Outras demandas**

A integrante do movimento Wayrakunas, Márcia Mura, reafirma a importância da luta pela demarcação, pois a defesa das terras nativas é também uma defesa dos corpos das mulheres que vivem ali, e, por isso, a violação desse território corresponde à violação de seus corpos. Ela lembra que o feminismo tradicional lutou por direitos ao voto, ao trabalho, à liberdade sexual, mas só recentemente vem se preocupando com outros grupos de mulheres (Jornal Da Usp, 2022, s/p).

Da mesma forma, quando nos referimos ao movimento LGBTQIAPN+, é possível destacar a urgência de debates políticos sobre liberdade sexual, reconhecimento e igualdade de direitos em consonância com o movimento feminista. São demandas específicas que merecem atenção, e que o movimento feminista tradicional também não considera.

Como vemos, o movimento feminista, como um movimento social, ainda precisa ajustar a sua assistência para com os diversos subgrupos que fazem parte da sua mobilização, visto que não faz sentido um grupo excluído também exercer o ato de excluir.

## As mídias e os Movimentos Sociais

Pode-se entender Movimentos Sociais como ações coletivas que buscam mudanças nas esferas social, política, institucional ou econômica, em prol de grupos que sofrem diferentes opressões. Para isso, esses agrupamentos organizam manifestações que possibilitam a conquista de seus objetivos e interesses, e são os principais responsáveis pelas revoluções ao longo da história.

Tendo em vista que desde o século XIX há registros de manifestações populares no Brasil, como por exemplo a Luta Abolicionista (1868-1888); e levando em conta que o capitalismo é o sistema econômico estabelecido no país, entende-se que é necessário compreender a influência de alguns aspectos presentes entre os Movimentos Sociais e a estrutura hegemônica. Assim, não devemos desconsiderar como as mídias exercem “um lugar de extraordinária relevância nos processos de constituição da hegemonia” (Nogueira, 2013, p. 183), e entram como fator de manutenção da base de classes sociais já existentes que dificultam a ascensão das populações oprimidas.

Conforme observa Althusser (1970, p. 48), a classe dominante detém o poder de Estado e também os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE), entre os quais se inclui os meios de comunicação, que transmitem os valores, os significados e as concepções dos detentores desse poder. Por outro lado, as mídias não-hegemônicas também exercem um papel histórico nesse cenário, sobretudo quando têm à frente grupos engajados em lutas sociais, mas há que considerar a assimetria existente entre elas e os meios de comunicação tradicionais.

## Sensacionalismo e desvalorização

Dito isso, quando partimos para analisar os materiais que formam o nosso *corpus*, nos deparamos com a primeira matéria, intitulada “A verdade sobre o feminismo atual que não querem que você saiba”, escrita por Ana Carolina Cury (2021), publicada pelo portal R7, em 24 de agosto. Observamos já no título, e também no subtítulo – “Radicalismo do grupo vai de encontro ao movimento original, incentivando a superioridade (e não a igualdade)” –, um “ataque” ao movimento, através do uso de um “tom sensacionalista”. Pode-se verificar esse sensacionalismo quando observamos a insinuação de que existe uma “verdade” por trás do movimento. Ou seja, como se o

movimento feminista escondesse algo à população, e, conseqüentemente, a manipulasse. Além disso, afirmar que o feminismo incentiva a superioridade é uma informação falsa, o que também coincide com o conceito de sensacionalismo.

No primeiro parágrafo, a autora afirma que o feminismo é “moda”, deslegitimando a história do movimento, bem como suas conquistas, além de desconsiderar o impacto destas para as mulheres. Nos parágrafos segundo e terceiro, é abordada a trajetória do feminismo, mas de forma extremamente rasa e simplista, pois não há referências e nem dados a respeito do assunto. Em “Os sociólogos explicam que [...]”, por exemplo, não é citado quais seriam esses sociólogos. Da mesma forma, quando são mencionadas as conquistas, não se explicita quais foram/são, e nem os respectivos contextos.

Igualmente, a falta de evidências ocorre mais explicitamente nos parágrafos quinto, décimo, décimo-primeiro e décimo-segundo. No quinto, é apresentado que há violações referentes às mulheres ignoradas pelo movimento, mas não é indicado quais são essas violações. Também é afirmado que a mobilização se tornou radical, excludente e com foco em atacar o sexo oposto, sem trazer fontes para corroborar essas afirmações. No décimo parágrafo, o texto afirma “Incentivar o pensamento de que as mulheres são as donas da verdade [...]”, mas, novamente, não argumenta sobre como isso é feito. Essa tendência é observada no décimo-primeiro e décimo-segundo parágrafos.

Nos parágrafos quarto e décimo-terceiro, a falta de preparo sobre a temática, bem como o desprezo pela escrita formal são destacados pelo uso de uma linguagem “chula”. Isso é possível observar nas seguintes afirmações: “É como as panelinhas de amigas que falam mal daquelas que não pensam como elas”, “Quando vejo mulheres que se dizem defensoras dos nossos direitos atacam outras mulheres fico indignada” e “Seria cômico se não fosse trágico”. Observa-se a escolha de “frases de efeito”, e pejorativas, o que demonstra a falta de formação adequada na escrita do texto e despreocupação do veículo de comunicação em manter a seriedade na transmissão de informações.

No sexto parágrafo é dito que o grupo usa a estratégia de colocar a mulher acima do homem. Porém, mais uma vez, não é informado de que maneira isso é feito. No parágrafo seguinte, o texto cita que a historiadora Meghan Dillon aponta em seu artigo que as mulheres podem ser igualmente cruéis que os homens, mas não há a indicação do artigo da autora. Além disso, a colocação posta é simplesmente sem sentido porque o feminismo não aborda essa questão. Conforme podemos ver, através de Pinto (2010, p.

16), o feminismo aparece como um movimento libertário, que não quer só espaço para a mulher [...], mas que luta, sim, por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres [...], em que esta última tenha liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo.

Já no oitavo parágrafo, a matéria traz o dado de uma pesquisa sobre mulheres serem tão ruins quanto os homens, ou seja, é mais uma indicação que não faz sentido com as lutas feministas. No nono parágrafo essa narrativa vazia continua, e reforça ainda mais a impressão de falta de argumentos válidos contra o Movimento Feminista.

No conjunto de 17 parágrafos, apenas dois são dedicados a mencionar algo de positivo acerca do Movimento Feminista, enquanto o restante, que poderia ser usado para o aprofundamento do tema, é direcionado ao ataque, sem embasamento teórico ou sustentação estatística.

Quanto às imagens distribuídas ao longo do texto (são usadas três), a primeira não traz representação negativa, sendo um registro simples de mulheres em alguma manifestação; mas há a ausência de dados sobre do que se trata a mobilização. Ademais, a legenda atribuída à fotografia tem teor negativo ao afirmar que a terceira fase do feminismo está relacionada ao ódio aos homens. A segunda imagem é sensacionalista, pois destaca a frase “o futuro é feminino”, colocada fora de contexto e apenas para coincidir com o discurso contido no texto. Por fim, a terceira imagem é o desenho de mulheres abraçadas, que também não é representação negativa, mas corrobora com a tentativa falha de dar positividade ao final do texto.

### **Respeito e valorização**

Em contrapartida, a matéria “Watatakalu Yawalapiti, a liderança feminista indígena” (Planeta Ella, 2024) publicada pela Mídia Ninja, em 10 de abril de 2024, demonstra outro tipo de preocupação com a representatividade dos Movimentos Sociais. No conteúdo em questão, o título já indica a importância que o veículo atribui à causa, pois apresenta o nome da ativista acompanhado do destaque ao seu perfil de liderança. Da mesma forma, acontece no subtítulo, que cita os cargos importantes que ela ocupa, o que já faz uma associação da mulher feminista à funções de relevância.

No primeiro parágrafo, as informações do subtítulo são repetidas, mais uma vez ressaltando as ocupações de coordenação de Watatakalu. Logo em seguida, o texto se

dedica a contar a história de vida da ativista, desde a infância até seu momento atual, onde é possível constatar atenção e preocupação em transmitir informações realistas sobre sua trajetória. Além disso, ao relatar quando iniciou e o que motivou essa trajetória, o meio de comunicação demonstra cuidado com a construção de uma narrativa coerente, para que o público consiga ter acesso a dados verídicos sobre a vida da artesã.

No parágrafo seguinte, o veículo também mostra preocupação com a representatividade, tanto feminina, como indígena da personagem, pois evidencia a sua resistência em diversas ocasiões. Tal posicionamento pode ser percebido quando é comunicado sobre o seu casamento forçado, e como ela impediu que seu marido a tocasse, desvinculando-se daquela união, o que a tornou um exemplo de esperança para outras mulheres da sua aldeia que possam passar pela mesma situação. No parágrafo seguinte, o texto anuncia diversos atos da liderança feminina que serão citados nos outros itens.

Ao longo da quinta e sexta partes da matéria, são apontadas as conquistas de Watatakalu Yawalapiti na condição de líder, como a inauguração da Casa das Mulheres, no centro da aldeia Kisêdje – um contraponto ao poder masculino secular da comunidade –, bem como a adoção de uma criança de mãe solo, no ano de 2004, que acabou incentivando a prática de adoção por outras mulheres da sua coletividade. Mais uma vez, o veículo coloca a mulher em posição de valorização e destaque ao noticiar suas iniciativas que reverberaram de forma positiva na sociedade, e trouxeram benefícios a outras mulheres. No entanto, a mídia em questão também poderia ter trazido mais informações a respeito da Casa das Mulheres, a fim de fornecer mais dados acerca de tal movimento, como por exemplo, seu funcionamento, as atividades cotidianas dentro do local, as ações que envolvem a casa e suas necessidades.

Por fim, o último parágrafo do texto cita condutas atuais da feminista, as quais se resumem a seu papel como ativista e defensora da Amazônia. Ademais, o texto revela que Watatakalu Yawalapiti é cogitada como a nova representante internacional dos povos originários, o que novamente valoriza a figura da mulher feminista, e também indica sua ida ao Festival de Cannes, que levou a voz das mulheres da Amazônica a um evento tão importante fora do país, para outros lugares do mundo.

Ainda no que se refere ao texto, ao longo dos sete parágrafos não se observa a utilização de memes, ironias, palavras “chulas” ou linguagem informal; de fato, é aplicada a escrita formal, com vocabulário composto por palavras de cunho positivo. Além disso, no decorrer do conteúdo, faz-se uso de trechos como “Seu destino, desde o princípio, era

ser uma liderança”, “[...] ela decidiu usar a sua voz”, “[...] foi uma esperança para tantas outras mulheres” e “Watatakalu rompeu com o machismo”, que ressaltam o poder e a capacidade intelectual que a líder tem.

Observa-se, ainda, a utilização de uma única foto, utilizada para mostrar a identidade de Watatakalu, e apresentar características de enaltecimento, como a escolha das técnicas de fotografia em *contra-plongée* e o fundo desfocado que promovem o foco na personagem em primeiro plano.

### **Falta de embasamento**

Ao analisar outro veículo que faz parte da mídia hegemônica, é possível estabelecer uma relação entre esse segmento. No texto intitulado “O que a cultura da misoginia e o caso de masturbação coletiva têm em comum?” (Vidica, 2023) veiculado pela CNN Brasil em 22 de setembro de 2023, a falta de comprometimento com a investigação eficiente sobre as pautas femininas se torna evidente.

De início, o título consegue ser atrativo, pois chama atenção para o assunto ao estabelecer uma relação entre a “cultura da misoginia” e o “caso de masturbação”. Convida o público a entender a ligação entre esses dois tópicos. Quanto à imagem que acompanha a manchete, é um registro de protesto feminista bem representativo do movimento porque mostra um cartaz que resume bem as exigências feministas, que são direitos fundamentais. Assim, por meio dessa primeira parte do texto, a CNN transmite uma primeira impressão de credibilidade quanto aos Movimentos Sociais, pois consegue representar a mobilização de maneira significativa.

A matéria inicia com uma junção de frases que remetem a uma reflexão, e com discurso a favor das mulheres, principalmente quando afirma que elas são vítimas da cultura de misoginia. No entanto, não ocorre o uso de vocabulário que impõe a necessidade de se discutir o assunto, que poderia ser introduzido por meio de dados sobre a segurança ou vulnerabilidade da mulher. No segundo parágrafo, uma breve fala da jornalista Julia Pessoa, especialista em gêneros e sexualidades, é citada a respeito do caso de masturbação coletiva, porém, não sucede um detalhamento do acontecimento, o que provoca inveracidade dos fatos.

Já no terceiro parágrafo, há o uso de frases de efeito e generalizadas, tais como: “Um mundo onde os corpos femininos são vistos como objetos de prazer e de poder. Um

mundo patriarcal e falocêntrico [...]”, sem trazer as implicações dessa situação. Neste parágrafo é abordado o cotidiano na universidade, “local que deveria ser de discussão e preparação para os futuros profissionais”, mas não são apontadas as iniciativas de educação que poderiam ser implementadas para evitar a agressão contra mulheres.

No quarto parágrafo são apresentadas expressões inadequadas, como, por exemplo, “clube do bolinha”. Além disso, ao citar que importunação sexual é crime, não é sinalizado o trecho da lei a respeito desta violação e nem os detalhes da mesma. Ou seja, falta embasamento. Também acontece isso no parágrafo seguinte quando o texto coloca dados do Tribunal de Justiça de São Paulo e do Conselho Nacional de Justiça sobre o crime de importunação sexual, sem direcionar o leitor para estatísticas que apontam em quais locais esse tipo de situação ocorre mais, quais motivos levam a isso, qual perfil de mulher mais sofre com o delito, ou comparativo entre outros casos.

Por último, novamente se registra uma falta de embasamento teórico e estatístico, ao mencionar uma breve fala da promotora de justiça Fabiana Dal’Mas, que não apresenta explicações sobre o assunto. Novamente são apresentadas frases que não condizem com a seriedade exigida pela temática, como, por exemplo: “De homem pra homem, vale um papo reto” e “de mulher para mulher”.

Portanto, é possível concluir que a redação em questão é rasa quanto ao seu conteúdo, pois carece de levantamento de dados, de referências teóricas, de argumentos de especialistas, de comparativo de casos ou apontamentos de possíveis soluções para a situação discutida. Por se tratar de um texto que se refere a um episódio de importunação sexual, seria importante apresentar tais informações e realizar uma pesquisa mais séria e aprofundada, a fim de difundir informações ao público.

### **Importância da luta feminista**

Por outro lado, a matéria intitulada “Mais de mil feministas marcham por avanço dos direitos das mulheres em Natal” (Júlia Motta, 2024), publicada pela Revista Fórum em 9 de julho de 2024, o Movimento Feminista é representado de forma diferente. Nesta revista, o título, o subtítulo e a imagem que se encontram no material são bem informativos e ressaltam a busca por direitos das mulheres.

O primeiro parágrafo também é informativo, pois apresenta informações sobre o ato, bem como o seu objetivo, que é alcançar a soberania dos seus próprios corpos, numa

objetiva confluência com uma das pautas do movimento. No segundo, é destacado que outros núcleos de Movimentos Sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Central de Movimentos Populares (CMP) também se fizeram presentes naquele acontecimento. Tal destaque revela que o grupo não é excluído, visto que recebe apoio de outras associações que compartilham dos mesmos ideais.

O terceiro, quarto e quinto parágrafos trazem falas de participantes da marcha. A primeira entrevistada ressalta o poder de transformação que a mobilização consegue exercer ao unir tantas mulheres. Outra fonte conta que aprendeu muito no evento e que vai repassar para as mulheres da sua região os ensinamentos do coletivo em Natal, assim como a última entrevistada classifica a marcha como positiva para as lutas das mulheres. Dessa forma, o veículo concede credibilidade ao movimento, assim como visibilidade aos membros que participaram, pois há uma variação nas testemunhas.

Nos dois parágrafos seguintes, a mídia se dedica a relatar sobre marchas mundiais com a citação de uma participante da Marcha Mundial das Mulheres do Ceará, que enfatiza a importância do movimento como um ato político. Depois, há um recorte para militantes da Marcha Internacional, que elogiam a capacidade de organização e estruturação da associação brasileira. Assim, o texto consegue mostrar o posicionamento de poder que a mulher tem na sociedade, bem como valoriza as ações do Feminismo ao indicar sua consciência e capacidade de mudança.

Ao final da matéria, mais informações gerais a respeito do encontro são colocadas, e é mencionada uma comparação entre as conjunturas brasileira e turca, o que reafirma a importância da luta feminista contra o capitalismo, e, conseqüentemente, o patriarcado. De forma geral, o texto é eficiente ao englobar o evento das marchas, em trazer variação de falas de participantes e no uso de linguagem séria, o que valoriza a atuação dos Movimentos Feministas e reverbera as vozes das participantes.

### **Comparando as abordagens**

Mesmo com conquistas e mudanças ocasionadas pelos Movimentos Feministas, a organização ainda sofre discriminação, e é deslegitimada por parte da grande mídia brasileira. Esta mídia corresponde aos meios de comunicação hegemônicos, aqueles que compartilham de ideais de uma posição política dominante, o que se relaciona com o patriarcado e com o sistema capitalista aplicados ao Brasil atualmente. Por isso, os

veículos que fazem parte dessa hegemonia não se comprometem com a transmissão de informações verídicas e aprofundamento das questões envolvendo atos feministas.

O quadro abaixo apresenta uma síntese da comparação entre as quatro matérias, demonstrando como as abordagens das mídias hegemônicas se destacam pela tentativa de desqualificar o movimento, enquanto, em contrapartida, as mídias alternativas buscam respeitar as lutas femininas, numa demonstração de respeito.

Quadro 1- Comparativo das abordagens presentes nas quatro matérias/mídias

<b>QUADRO COMPARATIVO</b>	<b>R7</b>	<b>Mídia Ninja</b>	<b>CNN Brasil</b>	<b>Revista Fórum</b>
<b>Título</b>	Contém teor sensacionalista  Traz insinuações negativas a respeito do movimento	Aponta a relevância da mulher	Chamativo, consegue convidar à leitura	É informativo  Traz a importância do Movimento
<b>Abordagem do Feminismo</b>	Simplista e rasa  Não traz dados estatísticos ou embasamento teórico  Apresenta informações inverídicas	Traz informações corretas  Valoriza as conquistas e as iniciativas da mulher	Apresenta inveracidade de informações  Não traz dados estatísticos ou embasamento teórico	Transmite informações corretas  Traz credibilidade pelos relatos
<b>Linguagem</b>	Usa vocabulário “chulo”  Utiliza ironias, memes, frases pejorativas e de efeito	Usa vocabulário formal, simples e coeso  Utiliza	Usa “frases de efeito”	Possui teor formal e sério

		palavras e expressões de cunho positivo		
<b>Imagens</b>	Não apresenta coerência  Apela ao sensacionalismo	Mostra a identidade da mulher e a valoriza	É representativa do Movimento	Apresenta teor informativo

Fonte: Laysa Reis e Verbena Córdula.

Nesse contexto, pela análise feita das matérias publicadas pelo R7 e CNN Brasil, é possível identificar um padrão no conteúdo exposto pelos meios dominantes: textos rasos, com teor humorístico; uso de frases de efeito ou genéricas; falta de embasamento teórico ou dados estatísticos; uso de linguagem informal; ausência de entrevistados e de explicações de especialistas no assunto abordado. Assim, o público que consome esses conteúdos pode ser influenciado a pensar nos movimentos de forma negativa, como se não houvesse relevância ou impacto na vida das mulheres ao longo da história.

Por outro lado, as mídias alternativas tendem a promover um ambiente favorável à resistência e lutas feministas, se contrapondo ao modelo político que se estabelece no país, ajudando a difundir ações sociais. Conforme indicado nas redações da Mídia Ninja e Revista Fórum: ambos os meios se dedicam à criação de conteúdo verídico; utilizam linguagem séria; fazem uso de entrevistas com pessoas envolvidas nos atos; destacam as conquistas dos movimentos; e apresentam informações importantes. Portanto, os consumidores dessas páginas podem ser motivados a investigar sobre o Feminismo e enxergá-lo como uma luta legítima.

### Considerações finais

Ao considerarmos as análises, é possível observar o quanto os meios hegemônicos contribuem para a diminuição das causas dos grupos marginalizados — neste caso, especialmente, as mulheres. A escassez de responsabilidade em contribuir com o desenvolvimento de uma consciência social para com os Movimentos Sociais fica bastante explícita, quando vemos o teor dos textos das duas mídias tradicionais. Esses

veículos dificultam a percepção da sociedade acerca das demandas que não são vistas como relevantes pelos grupos dominantes. Dessa forma, no que se refere às mobilizações populares, esse controle contribui para desmerecer o direito à participação social. Isso porque, ao possuírem maior alcance, a não transmissão das reivindicações — ou a abordagem incorreta sobre elas — as mídias hegemônicas diminuem as possibilidades de a população ter acesso a essas demandas sociais.

Por isso, a narrativa da mídia contra-hegemônica se torna diferente, mais envolvente e, sobretudo, mais informativa. O tom de seriedade, o respeito pelas mobilizações/reivindicações, assim como pelas pessoas que fazem parte desses movimentos só contribuem para que a sociedade em geral obtenha mais informações e possa, portanto, com base em dados verídicos, avaliar a pertinência desses movimentos, e, até mesmo, decidir engajar-se nessas lutas.

A pluralidade de vozes, como vemos, pode fazer uma grande diferença. Entretanto, faltam políticas públicas que contribuam para extinguir, ou ao menos minimizar, a assimetria de alcance entre as mídias hegemônicas e as contra-hegemônicas ou alternativas.

## Referências

ANAHATA, Jamille. **Mulheres originárias não costumam reivindicar um “feminismo indígena”**. Azmina, [s.l.], 20 out. 2022. Disponível em: <https://azmina.com.br/colunas/mulheres-originarias-nao-costumam-reivindicar-um-feminismo-indigena/>. Acesso em: 21 abr. 2024.

CAETANO, Ivone. **O feminismo brasileiro: uma análise a partir das três ondas do movimento feminista e a perspectiva da interseccionalidade**. Emerj, Rio de Janeiro, v.1, n.1, n.p., 2017. Disponível em: [https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistas/genero\\_e\\_direito/edicoes/1\\_2017/pdf/DesIvoneFerreiraCaetano.pdf](https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistas/genero_e_direito/edicoes/1_2017/pdf/DesIvoneFerreiraCaetano.pdf). Acesso em: 20 abr. 2024.

**Conquistas do feminismo no Brasil: uma linha do tempo**. Nossa Causa, [s.l.], 9 mar. 2020. Disponível em: [https://nossacausa.com/conquistas-do-feminismo-no-brasil/?gad\\_source=1&gclid=CjwKCAjwz42xBhB9EiwA48pT7zBrK8VyrGcJE3BXPgt3eYFKWHssHTh0DBU1pQ8aDq7W8eN8RG8D0RoCxKkQAvD\\_BwE](https://nossacausa.com/conquistas-do-feminismo-no-brasil/?gad_source=1&gclid=CjwKCAjwz42xBhB9EiwA48pT7zBrK8VyrGcJE3BXPgt3eYFKWHssHTh0DBU1pQ8aDq7W8eN8RG8D0RoCxKkQAvD_BwE). Acesso em: 20 abr. 2024.

CURY, Ana Carolina. **A verdade sobre o feminismo atual que não querem que você saiba**. R7, [s.l.], 24 ago. 2021. Disponível em: <https://noticias.r7.com/prisma/refletindo->

sobre-a-noticia-por-ana-carolina-cury/a-verdade-sobre-o-feminismo-atual-que-nao-querem-que-voce-saiba-24082021/. Acesso em: 11 jul. 2024.

ELLA, Planeta. **Watatakalu Yawalapiti, a liderança feminista indígena**. Mídia Ninja, [s.l.], 10 abr. 2024. Disponível em: <https://midia.ninja/watatakalu-yawalapiti-a-lideranca-feminista-indigena/>. Acesso em: 11 jul. 2024.

FAHS, Ana. **Movimento feminista: história no Brasil**. Politize, [s.l.], 19 set. 2016. Disponível em: <https://www.politize.com.br/movimento-feminista/>. Acesso em: 20 abr. 2024.

MEDINA, Ingrid. **A invisibilidade da mulher com deficiência no movimento feminista**. Orientadora: Dr Maria Del Carmem Cortizo. 2020. 46. TCC (Bacharelado) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020. Disponível em: [https://prceu.usp.br/wp-content/uploads/2021/05/INGRID\\_KERTELEN\\_FRANCO\\_MEDINA.pdf](https://prceu.usp.br/wp-content/uploads/2021/05/INGRID_KERTELEN_FRANCO_MEDINA.pdf). Acesso em: 21 abr. 2024.

MENDELEH, Gabriel. **“Indígenas mulheres lutam pelo direito de todos ao bem viver”**. Jornal da USP, Ribeirão Preto, 6 set. 2022. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/indigenas-mulheres-lutam-pelo-direito-de-todos-ao-bem-viver/>. Acesso em: 21 abr. 2024.

MENUCCI, Júlia Monfardini. **Uma história do feminismo no Brasil**. Caderno Espaço Feminino, [S. l.], v. 30, n. 2, 2018. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/nequem/article/view/37855>. Acesso em: 21 abr. 2024.

MOTTA, Júlia. **Mais de mil feministas marcham por avanço dos direitos das mulheres em Natal**. Revista Fórum, [s.l.], 9 jul. 2024. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/mulher/2024/7/9/mais-de-mil-feministas-marcham-por-avano-dos-direitos-das-mulheres-em-natal-161805.html>. Acesso em: 11 jul. 2024.

MOURÃO, Mônica. **Na ditadura, jornalismo feminista lutou contra a repressão**. Carta Capital, [s.l.], 31 jan. 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/na-ditadura-jornalismo-feminista-lutou-contra-a-repressao/>. Acesso em: 29 jun. 2024.

**Movimentos feministas**. Memórias da Ditadura. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/movimentos-feministas/>. Acesso em: 21 abr. 2024.

**Quem é Maria da Penha**. Instituto Maria da Penha. Disponível em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/quem-e-maria-da-penha.html>. Acesso em: 21 abr. 2024.

SOUZA, Vitória. **“Mulheres uni-vos!”: o movimento feminista e suas primeiras manifestações no Brasil (1832-1934)**. Bilros, Fortaleza, v. 6, n. 13, p. 54-74, 2018. Disponível em: [https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/6000/2018\\_souza\\_movi](https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/6000/2018_souza_movi)

mento\_feminista\_manifestacoes.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 21 abr. 2024.

TAVASSI, Ana Paula; RÊ, de Eduardo; BARROSO, Mariana; MARQUES, Marina. **Os direitos das mulheres no Brasil**. Politize, [s.l], 5 mai 2021. Disponível em: <https://www.politize.com.br/equidade/direitos-das-mulheres-no-brasil/>. Acesso em: 20 abr. 2024.

VIDICA, Letícia. **O que a cultura da misoginia e o caso de masturbação coletiva têm em comum?** CNN Brasil, [s.l], 22 set. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/o-que-a-cultura-da-misoginia-e-o-caso-de-masturbacao-coletiva-tem-em-comum/>. Acesso em: 12 jul. 2024.